

DESTAQUES

STF: BARROSO VOTA A FAVOR DE VAREJISTAS EM AÇÃO BILIONÁRIA SOBRE ICMS

Discussão é sobre os efeitos da decisão que barrou a cobrança do imposto na transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte
Por Joice Bacelo e Beatriz Olivon — do Rio e de Brasília

[Leia Mais](#)

EMPRESAS PRESSIONAM STF POR CRÉDITOS DE PIS/COFINS

Ministros decidirão quais insumos podem ser usados para a obtenção de créditos
Por Joice Bacelo e Beatriz Olivon — Do Rio e de Brasília

[Leia Mais](#)

PERDÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA DECORRENTE DE BENEFÍCIOS FISCAIS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS (TEMA 817 RG)

O plenário virtual do STF iniciou o julgamento do RE 851421/DF Relator(a): ROBERTO BARROSO que eu se questiona a possibilidade, ou não, de os estados e o Distrito Federal, mediante consenso alcançado no CONFAZ, perdoar dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais, implementados no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS, reconhecidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

O julgamento virtual teve início no dia 08/10/2021 e deve ser concluído no dia 18/10/2021

ATÉ 2032

SENADO APROVA PL QUE PRORROGA INCENTIVOS FISCAIS POR ATÉ 15 ANOS

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (6/10), o Projeto de Lei Complementar 5/2021, que prorroga até 2032 incentivos fiscais concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal a empresas no âmbito da guerra fiscal entre essas unidades federativas resolvida pela Lei Complementar 160/2017. Aprovado com 67 votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção, a matéria será encaminhada à sanção presidencial.

[Leia Mais](#)

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

CITAÇÃO JUDICIAL BASTA PARA AVISAR DEVEDOR SOBRE CESSÃO DE CRÉDITO, DIZ STJ

Por Danilo Vital

A citação judicial é suficiente para configurar notificação do devedor acerca da cessão dos créditos. A falta de comunicação prévia antes de propor a ação de cobrança não retira a exigibilidade do crédito.

[Leia Mais](#)

CNA: REDUÇÃO DE CARGA TRIBUTÁRIA TRAZ COMPETITIVIDADE AO AGRONEGÓCIO

Conselho Nacional de Política Fazendária estendeu prazo de diversos convênios que diminuem ou isentam o ICMS para insumos e produtos agro

[Leia Mais](#)

ENTENDA AS PROPOSTAS EM DEBATE NO CONGRESSO QUE MEXEM NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Se o sistema tributário brasileiro é um manicômio, o esforço de reformá-lo não poderia ser muito diferente

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

INSTITUCIONAL

PAÍSES DA OCDE CHEGAM A UM ACORDO SOBRE OS CAMINHOS PARA A DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Proposta aprovada contém os princípios gerais dessa nova tributação e o compromisso do estabelecimento de um imposto corporativo mínimo global.

[Leia Mais](#)

EMPRESAS NO BRASIL TÊM DE SEGUIR UMA AVENIDA PAULISTA EM BUROCRACIA TRIBUTÁRIA

Segundo estudo do IBPT, uma empresa precisa seguir o que consta em 4.626 normas, quantidade que, se impressa em formato A4, ocuparia as pistas de ida e de volta da Avenida Paulista

Por Joice Bacele, Valor — Rio

[Leia Mais](#)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EMPRESAS LIGADAS

REEMBOLSOS POR RATEIO DE DESPESAS NÃO DEVEM SER TRIBUTADOS, DIZ RECEITA

No final do último mês de setembro, a Receita Federal publicou uma solução de consulta que isenta empresas da tributação de valores relativos a contratos de rateio de custos e despesas de outras empresas ligadas.

[Leia Mais](#)

RECEITA VEDA CRÉDITO DE PIS/COFINS SOBRE EMBALAGEM

Para Fisco, despesas após a finalização do processo de produção não seriam insumos

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

FISCO ORIENTA TRADINGS SOBRE IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA

Esclarecimento da Receita Federal pode livrar empresas da pena de perdimento das mercadorias importadas

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

MARKETPLACE SÓ DEVE RECOLHER IR SOBRE TAXA PAGA POR LOJISTA

Entendimento consta na Solução de Consulta nº 170, publicada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit)

Por Bárbara Pombo e Adriana Mattos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CORTE AVALIA TRIBUTAÇÃO DO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

União poderá perder arrecadação de R\$ 1 bilhão por ano se cobrança for afastada
Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

VALIDADE DE PROVA OBTIDA POR MEIO DE ACESSO A REGISTROS E INFORMAÇÕES EM APARELHO CELULAR, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (TEMA 977 RG)

O plenário virtual do STF iniciou o julgamento da repercussão geral ARE 1042075/RJ, Relator(a): DIAS TOFFOLI em que se discute a litude, ou não, da prova produzida durante o inquérito policial relativa ao acesso, sem autorização judicial, a registros e informações contidos em aparelho de telefone celular,

relacionados à conduta delitiva e hábeis a identificar o agente do crime. Jurisprudência: HC 91867 e RE 418416

O julgamento teve início no dia 08/10/21 e está previsto para ser concluído em 18/10/21

DIRETO DA CORTE

STF SUSPENDE JULGAMENTO DE QUATRO AÇÕES SOBRE LEIS QUE DISCIPLINAM ITCMD

Pedidos de vista foram feitos por Moraes em casos que discutem a regularidade das leis do AM, MG, RS e BA
CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

IR RETIDO NA FONTE POR PAGAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PERTENCE A ESTADOS E MUNICÍPIOS

O recurso, com repercussão geral reconhecida, é o primeiro julgado pelo STF com tramitação sob sistemática de incidente de resolução de demandas repetitivas, inovação do novo CPC.

[Leia Mais](#)

REPERCUSSÃO GERAL

STF VAI DISCUTIR ALÍQUOTA DE IR SOBRE PROVENTOS RECEBIDOS NO EXTERIOR

O Supremo Tribunal Federal vai decidir a constitucionalidade da incidência da alíquota de 25% do imposto de renda sobre pensões e proventos de fontes localizadas no país e recebidos por pessoas residentes no exterior. A repercussão geral do tema foi reconhecida pela corte na última sexta-feira (8/10).

[Leia Mais](#)

GILMAR MENDES SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE EXCLUSÃO DE POLÍTICOS DO PROGRAMA DE REPATRIAÇÃO

Adiamento ocorre depois de voto da relatora favorável à regra

Por Joice Bacelo — Rio

Um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes suspendeu o julgamento que discute se políticos, funcionários públicos com cargo de direção e os seus parentes de até segundo grau poderiam ter sido excluídos do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct) - o chamado programa de repatriação.

[Leia Mais](#)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PROJETO GARIMPO

CNJ VALIDA RESGATE DE CRÉDITOS TRABALHISTAS EM PROCESSOS ARQUIVADOS

Sem constatar a violação inequívoca de qualquer um dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, o Conselho Nacional de Justiça manteve a legitimidade do Projeto Garimpo, sistema que identifica créditos trabalhistas em processos arquivados.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO DO TRF-3 SUSPENSA

STJ PERMITE DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA ATRACAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, suspendeu os efeitos de decisão cautelar do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que afastou qualquer preferência de atracação em dois pontos do Cais do Saboó, localizado no porto de Santos.

[Leia Mais](#)

EX-SÓCIO QUE ASSINOU COMO DEVEDOR SOLIDÁRIO RESPONDE POR DÍVIDA MESMO APÓS O PRAZO DE DOIS ANOS

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou o entendimento de que a assinatura de ex-sócio como devedor solidário em Cédula de Crédito Bancário (CCB) representa uma obrigação de caráter subjetivo e pode levar à sua responsabilização pelo pagamento da respectiva dívida, mesmo após o prazo de dois anos contado da data em que deixou a sociedade empresarial.

[Leia Mais](#)

MESMO FATO GERADOR

MULTA DIÁRIA E POR ATENTADO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA PODEM COEXISTIR, DIZ STJ

Por Danilo Vital

A multa por ato atentatório à dignidade da Justiça devido ao não cumprimento de decisão judicial e a multa diária, com o objetivo de obrigar o cumprimento da mesma decisão, possuem naturezas jurídicas distintas, podendo ser cumuladas por expressa determinação legal.

[Leia Mais](#)

CJF DIVULGA CADERNO COM OS 142 ENUNCIADOS APROVADOS NA II JORNADA PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS

O Conselho da Justiça Federal (CJF) divulgou o caderno final com os 142 enunciados aprovados durante a II Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios, que aconteceu nos dias 26 e 27 de agosto.

O documento pode ser acessado no site do CJF.

[Leia Mais](#)

VARA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS DE ARBITRAGEM DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO

EMPRESA DE TINTAS

GOOGLE NÃO PODE VINCULAR MARCA REGISTRADA A ANÚNCIOS PAGOS, DECIDE JUIZ

Por José Higídio

Devido ao uso ilegal de marca alheia, a 1ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem do Foro Central de São Paulo, em liminar, proibiu o Google de comercializar e permitir o uso de uma marca registrada em links patrocinados ou anúncios de terceiros.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

CRÉDITO DE PRECATÓRIOS

TJ-SP ANULA HOMOLOGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE USINA E EMPRESAS ASSOCIADAS

Por constatar má-fé e abuso do direito no uso da via recuperacional, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou a homologação do plano de recuperação judicial de uma usina e suas empresas associadas, que havia ocorrido com dispensa de certidões negativas de débitos tributários.

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR

CARF PERMITE À HAVAN DEDUZIR DESPESAS COM AERONAVES

Também aplicando o desempate pró-contribuinte, colegiado cancelou multas isoladas aplicada pela fiscalização

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

RELATOR AVALIA 'TRANSIÇÃO' PARA CORTE DE INCENTIVOS FISCAIS

Adiar para 2023 entrada em vigor das mudanças é uma das possibilidades em discussão

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

[Leia Mais](#)

PARA IFI, PEC DOS PRECATÓRIOS PODE IMPACTAR CONTAS MUNICIPAIS E AUMENTAR JUROS

Da Agência Senado

Em reunião, no dia 21/09, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentaram um acordo sobre a PEC dos Precatórios

[Leia Mais](#)

NOVAS REGRAS DE IMPROBIDADE VÃO À SANÇÃO

Da Agência Senado | 08/10/2021, 17h18

Para o líder da oposição, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o texto foi feito “por encomenda”
Proposições legislativas PL 2505/2021

[Leia Mais](#)

LEI QUE SUSPENDE DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA PASSA A VALER

Da Agência Senado | 08/10/2021, 11h11

Lei que proíbe despejos até o fim de 2021 é restabelecida
Proposições legislativas PL 827/2020

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CANDIDATO FLAGRADO

GRAVAÇÃO AMBIENTAL CLANDESTINA AGORA É PROVA ILEGAL EM AÇÃO ELEITORAL, DIZ TSE

Por Danilo Vital

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

TRIBUTÁRIO

EXTINÇÃO SORRATEIRA DAS DEDUÇÕES FAMILIARES NO IRPF PARA MILHÕES DE CONTRIBUINTES

A realidade comprova o equívoco das premissas propostas no PL 2.337/21

MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI
FERNANDO DANIEL DE MOURA FONSECA

[Leia Mais](#)

PROCESSOS COM BASE NA NOVA LEI CONTRA CIBERCRIMES SÃO MAIS DE MIL

Nas delegacias especializadas, número de registros multiplicou na pandemia
Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

IMPRESSÃO 3D, GAMES E CRIPTOATIVOS: COMO O SISTEMA TRIBUTÁRIO TRATA NOVAS TECNOLOGIAS

Especialistas apontam falta de regulamentação e de clareza sobre a tributação de novidades tecnológicas

BÁRBARA MENGARDO

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envios.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).